

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2020

DENOMINAÇÃO: ADEGRIL – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO GRILO

MORADA: Avenida Padre Gomes, 243

LOCALIDADE: Grilo

FREGUESIA: Grilo

CONCELHO: Baião

COD. POSTAL: 4640-302



(O Contabilista Certificado)


A DIREÇÃO:

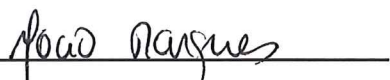
APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Grilo _____, _____

Grilo _____, _____

ASSINATURAS:





ASSINATURA DO PRESIDENTE



RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	221 270,34	225 744,10
Investimentos financeiros	5	1 770,28	1 407,49
		223 040,62	227 151,59
Ativo corrente			
Inventários	6	924,22	266,81
Créditos a receber	11.2	2 328,75	1 106,79
Estado e outros entes públicos	11.8	782,28	757,56
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.1	1 176,00	280,00
Diferimentos	11.4	2 671,13	2 531,43
Outros ativos correntes	11.3	27 385,92	71 048,88
Caixa e depósitos bancários	11.5	74 492,15	62 507,52
		109 760,45	138 498,99
Total do ativo		332 801,07	365 650,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.6	20 934,49	20 934,49
Resultados transitados	11.6	188 811,77	223 881,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	83 239,18	84 552,25
		292 985,44	329 367,83
Resultado líquido do período		-16 851,28	-35 069,32
Total dos fundos patrimoniais		276 134,16	294 298,51
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	27 726,60	20 590,21
Diferimentos	11.4	0,00	21 949,71
Estado e outros entes públicos	11.8	2 874,03	3 122,91
Outros passivos correntes	11.9	26 066,28	25 689,24
		78 616,62	71 352,07
Total do passivo		78 616,62	71 352,07
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		332 801,07	365 650,58

A Direção

Contabilista Certificado

Pedro Quares

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

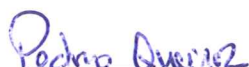
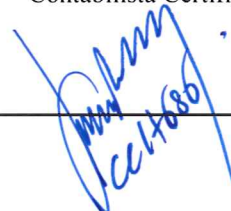
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	7	30 888,93	26 150,77
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 11.10	173 917,35	181 462,22
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-41 348,24	-32 781,69
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-40 790,53	-70 291,94
Gastos com o pessoal	9	-141 752,68	-140 584,13
Outros rendimentos	11.12	8 971,69	11 246,85
Outros gastos	11.13	-2 264,04	-2 372,13
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-12 377,52	-27 170,05
Gastos de depreciação e de amortização	4	-4 473,76	-7 899,27
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16 851,28	-35 069,32
Resultados antes de impostos		-16 851,28	-35 069,32
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-16 851,28	-35 069,32

A Direção

Contabilista Certificado

Entidade: ADEGRIL - Associação de Desenvolvimento do Grilo
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 503 609 528

Moeda: Euros

	NOTAS	Pré - Escolar	Centro Convívio	SAD	Adaptar Social +	PERÍODOS	
						2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	4 899,37	2 611,20	23 378,36	0,00	30 888,93	26 150,77
Custo das vendas e dos serviços prestados	6 e 9	-56 615,24	-19 216,08	-107 269,60	0,00	-183 100,92	-173 365,82
Resultado Bruto		-51 715,87	-16 604,88	-83 891,24	0,00	-152 211,99	-147 215,05
Outros Rendimentos	11.10/11.12	45 115,88	13 294,28	116 478,88	8 000,00	182 889,04	192 709,09
Gastos administrativos	4/11.11	-15 508,51	-6 891,87	-13 496,84	-9 367,07	-45 264,29	-78 191,21
Outros Gastos	11.13	-738,58	-654,37	-871,09	0,00	-2 264,04	-2 372,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-22 847,08	-10 856,84	18 219,71	-1 367,07	-16 851,28	-35 069,32
Gastos de financiamento (líquidos)		0,00					0,00
Resultado antes de impostos		-22 847,08	-10 856,84	18 219,71	-1 367,07	-16 851,28	-35 069,32
Imposto sobre o rendimento do período		0,00					0,00
Resultado líquido do período		-22 847,08	-10 856,84	18 219,71	-1 367,07	-16 851,28	-35 069,32

A Direção

Contabilista Certificado

ADEGRIL - Associação de Desenvolvimento do Grilo
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		26 587,43	25 531,33
Pagamentos de bolsas		0,00	-14 364,98
Pagamentos a fornecedores		-45 472,62	-49 658,12
Pagamentos ao pessoal		-92 017,91	-82 873,73
Caixa gerada pelas operações		-110 903,10	-121 365,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		119 818,63	75 734,87
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		8 915,53	-45 630,63
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-182,33
Investimentos financeiros		-395,54	-341,16
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-395,54	-523,49
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		3 464,64	2 953,49
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		3 464,64	2 953,49
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		62 507,52	105 708,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.5	74 492,15	62 507,52

A Direção

Contabilista Certificado

Pedro Queiroz

[Handwritten signature]

ADEGRIL – Associação de Desenvolvimento do Grilo

Anexo às Demonstrações Financeiras

2020

Conteúdo

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Investimentos Financeiros	10
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e Apoios do Governo	12
9	Benefícios dos Empregados	12
10	Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	13
11	Outras Informações	13
11.1	Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros	13
11.2	Créditos a Receber	14
11.3	Outros Ativos Correntes.....	14
11.4	Diferimentos	14
11.5	Caixa e Depósitos Bancários	15
11.6	Fundos Patrimoniais	15
11.7	Fornecedores	15
11.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
11.9	Outros Passivos Correntes	16
11.10	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	16
11.11	Fornecimentos e Serviços Externos	17
11.12	Outros Rendimentos	17
11.13	Outros Gastos	17
11.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	18
11.15	Acontecimentos Após Data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A ADEGRIL - Associação de Desenvolvimento do Grilo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República, Série III, nº 131 de 5 de Junho de 1996.

Tem sede no Lugar do Covelo, freguesia do Grilo no concelho de Baião.

Visa melhorar as infraestruturas da freguesia, promover o turismo e património cultural, bem como apoiar socialmente os idosos e as crianças.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente

atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento Administrativo	6
Equipamento Informático	5
Outros Activos Fixos Tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual, quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da venda ou abate, são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos e Ganhos” ou “Outros Gastos e Perdas”.

3.2.3 Investimentos Financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e o FGCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL, as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros Investimentos Financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Fundadores, Beneméritos, Patrocinadores, Doadores, Associados ou Membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no activo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a Receber” encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros Ativos Correntes

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2019	Adições	Abate	Transferência	31-12-2020
Terrenos e Recursos Naturais	72 618,65				72 618,65
Edifícios e Outras Construções	204 498,69				204 498,69
Equipamento Básico	52 953,39				52 953,39
Equipamento de Transporte	112 004,81				112 004,81
Equipamento Administrativo	12 378,24				12 378,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 085,44				8 085,44
<i>Investimentos em curso</i>	6 690,00				6 690,00
Ativo Tangível Bruto	469 229,22	0,00	0,00	0,00	469 229,22
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	59 142,86	4 089,98			63 232,84
Equipamento Básico	51 995,18	317,55			52 312,73
Equipamento de Transporte	112 004,82				112 004,82
Equipamento Administrativo	12 256,82	66,23			12 323,05
Outros Ativos Fixos Tangíveis	8 085,44				8 085,44
Depreciações Acumuladas	243 485,12	4 473,76	0,00	0,00	247 958,88
Ativo Tangível Líquido	225 744,10	-4 473,76	0,00	0,00	221 270,34

5 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	1 770,28	1 407,49
Total	1 770,28	1 407,49

Estes investimentos financeiros correspondem aos valores registados por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2020	2019
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	924,22	266,81
Total	924,22	266,81

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto, durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2020	2019
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	266,81	975,57
Compras	7 746,09	7 472,43
Doações	34 259,56	24 600,50
Saldo Final	924,22	266,81
Gastos do Período	41 348,24	32 781,69

7 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2020	2019
Prestação de Serviços	30 888,93	26 150,77
Quotas de Utilizadores	28 842,93	25 420,77
Quotas e Jóias	2 046,00	730,00
Rendimentos Suplementares	150,00	2 347,72
Festas e Subscrições	150,00	2 347,72
Total	31 038,93	28 498,49

8 Subsídios do Governo e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2020			2019		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			121 376,19			96 295,15
ISS, IP - LayOff	Não Reembolsável			650,96			
ISS, IP- Encerramento Escolas	Não Reembolsável			590,34			
ISS,IP- Adaptar Social +	Não Reembolsável			8 000,00			
Junta Freguesia do Grilo	Não Reembolsável			300,00			250,00
FEDER (edifício)	Não Reembolsável	40 649,18		1 313,07	41 962,25		1 313,07
IEFP	Não Reembolsável			4 790,80			4 439,11
Poise - FSE	Não Reembolsável			0,00			53 258,48
Total		40 649,18	0,00	137 021,36	41 962,25	0,00	155 555,81

A Instituição esteve parcialmente em regime de layoff simplificado no período de Abril a Maio, tendo recebido o apoio de 650,96€ do ISS, IP, correspondente a 2/3 das remunerações dos trabalhadores abrangidos, bem como a isenção do pagamento das contribuições à Segurança Social (22,30%).

9 Benefícios dos Empregados

O número de membros do órgão diretivo é de 3 elementos. Durante o ano de 2020 manteve-se inalterada a composição do órgão diretivo.

O número médio de colaboradores ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2019 e 2020 foi de 10. Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de uma colaboradora ao abrigo do programa de contrato emprego inserção profissional protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações ao Pessoal	110 960,06	109 262,05
Indemnizações	150,29	0,00
Encargos Sobre as Remunerações	23 073,05	23 070,13
Seguros de Acidentes no Trabalho	1 535,56	1 668,39
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	668,51
Medidas IEFP	6 033,72	5 915,05
Total	141 752,68	140 584,13

*A Instituição esteve parcialmente em layoff simplificado no período de Abril a Maio.

10 Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Fundadores/Beneméritos/Patrocionadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Quotas	1 176,00	280,00
Total	1 176,00	280,00

11.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “Utentes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Cientes		
Utentes	2 328,75	1 106,79
Total	2 328,75	1 106,79

11.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
ISS, IP - Adaptar Social +	4 000,00	0,00
Vítor Miranda	1 045,50	1 045,50
C.M. Baião	2 400,00	5 000,00
IEFP	705,92	926,42
JF Grilo	0,00	150,00
Poise - FSE	19 234,50	63 926,96
Total	27 385,92	71 048,88

11.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	826,88	334,44
Outros Seguros	1 844,25	2 196,99
Total	2 671,13	2 531,43
Rendimentos a Reconhecer		
POISE - FSE	0,00	21 949,71
Total	0,00	21 949,71

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	228,80	430,03
Depósitos à Ordem	74 263,35	62 077,49
Total	74 492,15	62 507,52

11.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2020:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	20 934,49			20 934,49
Resultados Transitados	223 881,09		35 069,32	188 811,77
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	84 552,25		1 313,07	83 239,18
Total	329 367,83	0,00	-36 382,39	292 985,44

11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores	27 726,60	20 590,21
Total	27 726,60	20 590,21

11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
IVA - A Recuperar	782,28	757,56
Total	782,28	757,56
Passivo		
IRS	640,00	528,00
Segurança Social	2 203,92	2 561,33
FCT e FGCT	30,11	33,58
Total	2 874,03	3 122,91

11.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a Pagar		6 193,86	0,00	6 593,38
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		19 448,15	0,00	18 741,25
Outras Gastos Diferidos		424,27	0,00	354,61
Total	0,00	26 066,28	0,00	25 689,24

11.10 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	135 708,29	154 242,73
Doações e Heranças (Donativos, etc.)	38 209,06	27 219,49
Total	173 917,35	181 462,22

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

A rubrica Doações e Heranças engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar e Modelo Continente.

11.11 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços Especializados	9 643,13	32 039,41
Materiais	2 286,37	2 032,30
Energia e Fluidos	12 689,27	13 294,79
Serviços Diversos	16 150,76	8 176,85
Deslocações e Estadas - Utentes	21,00	0,00
Encargos com Utentes	0,00	184,24
Encargos com Projectos - POISE	0,00	14 564,35
Total	40 790,53	70 291,94

11.12 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros Rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	150,00	2 347,72
Outros Rendimentos e Ganhos	8 821,69	8 899,13
Total	8 971,69	11 246,85

11.13 Outros Gastos

A rubrica de “Outros Gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	343,76	138,14
Impostos	343,76	138,14
Outros Gastos e Perdas	1 920,28	2 233,99
Quotizações	96,00	96,00
Multas e Penalidades	0,00	150,00
Outros	1 824,28	1 987,99
Total	2 264,04	2 372,13

11.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2020, foi o seguinte:

Pré – Escolar : 25

Apoio Domiciliário : 25

Centro de Convívio : 15

11.15 Acontecimentos Após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nesta data o País continua em estado de emergência devido à pandemia Covid-19, no entanto a Instituição garante a operacionalidade e continuidade da sua atividade.

Grilo, 09 de Abril de 2021

O Contabilista Certificado

A Direção

